
As políticas educacionais na rede estadual de ensino da Paraíba: avaliação externa, prestação de contas e responsabilização educacional (2011-2018)¹

Jonas da Silva Rodrigues²

 <https://orcid.org/0000-0001-6963-3680>

Andréia Ferreira da Silva³

 <https://orcid.org/0000-0001-9574-3808>

Resumo

Apresentam-se resultados de pesquisa sobre as políticas educacionais na rede estadual de ensino da Paraíba, com foco em avaliação externa, prestação de contas e responsabilização. Orienta-se por uma perspectiva histórica e utilizam-se como técnicas de coleta de dados levantamento bibliográfico e análise documental. Analisa-se a estruturação das políticas de *accountability* na educação estadual paraibana, entre 2011 e 2018, considerando as políticas de avaliação externa, o pagamento por desempenho, o sistema de monitoramento das escolas e o trabalho docente. Reflete-se sobre o caráter indutor e privatizante dessas políticas na gestão das escolas e na prática docente; e o fortalecimento da lógica empresarial, em sentido *lato* e *stricto sensu*, com a promoção de uma gestão baseada em resultados.

Palavras-chave: Avaliação externa. *Accountability* educacional. Educação estadual paraibana.

Educational policies in the state education network of Paraíba: external evaluation, accountability, and educational accountability (2011-2018)

Abstract

The article presents research results on educational policies in the state education network of Paraíba, focusing on external evaluation, accountability and responsibility. Guided by a historical perspective, this study used bibliographical survey and documentary analysis as data collection techniques. The structuring of accountability policies in state education in Paraíba, between 2011 and 2018, is analyzed, considering external evaluation policies, payment for performance, the school monitoring system and teaching work. It reflects on the inductive and privatizing nature of these policies in school management and teaching practice and on the strengthening of business logic, in a broad and strict sense, with the promotion of management-based results.

Keywords: External evaluation. Educational accountability. State education in Paraíba.

¹ Este estudo apresenta resultados de dissertação de mestrado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

² Universidade Federal de Pernambuco, Recife, rdgsjonas@gmail.com.

³ Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, silvaandrea@uol.com.br.

Introdução

O presente artigo tem por objeto de estudo as políticas educacionais implantadas na rede estadual de ensino da Paraíba, no período de 2011 a 2018, as quais viabilizaram a instituição de iniciativas de avaliação externa em larga escala, a prestação de contas e a responsabilização; e engendraram a *accountability* no campo educacional paraibano. O recorte temporal do texto abrange os dois mandatos do governador Ricardo Coutinho – 2011-2014 e 2015-2018 –, que promoveu uma reforma da administração pública estadual, incluindo o setor educacional, orientada pela gestão por resultados e pela contratação de organizações sociais para a oferta dos serviços sociais.

Para compreendermos essa realidade, lembramos que, a partir dos anos de 1990, ocorreram, no País, o desenvolvimento do gerencialismo e o fortalecimento das políticas de *accountability* na educação brasileira, com base na visão neoliberal. Isso resultou na expansão das políticas de avaliação externa em larga escala – alinhadas aos princípios da Nova Gestão Pública (NGP) –, com foco na melhoria contínua de indicadores de rendimento, na redução das taxas de evasão e repetência e na regulação do desempenho de escolas e profissionais (Bauer, 2019).

Nas discussões propostas ao longo do texto, adotamos a definição de *accountability* de acordo com as reflexões de Afonso (2009). Para esse autor, as políticas de *accountability* estão fundamentadas em três pilares interligados: prestação de contas, responsabilização e avaliação externa. Esses pilares representam as dimensões de informação, justificação e imposição, respectivamente. A prestação de contas envolve o direito de solicitar informações e justificativas e pode ter uma dimensão sancionatória, integrada ao pilar da responsabilização, que inclui atribuição de responsabilidades, persuasão, recompensas e reconhecimento do mérito. Já a avaliação é um processo teórico e metodológico – essencial para o desenvolvimento da *accountability* educacional – para produzir juízos de valor.

Os diferentes modos e possibilidades de articulação dos três pilares têm o potencial de instigar formas parcelares, modelos e sistemas de *accountability*. As formas parcelares de *accountability*, que não constituem um modelo ou estrutura integrada, correspondem a ações

ou procedimentos que abrangem apenas algumas dimensões da prestação de contas ou da responsabilização. O modelo de *accountability* é complexo e adaptável, integra diferentes formas parcelares de *accountability* e, assim, inclui avaliações *ex-ante* e *ex-post*, que se referem à prestação de contas e à responsabilização, respectivamente. A avaliação *ex-ante* envolve processos como fornecimento de informações e apresentação de justificativas, enquanto a avaliação *ex-post* compreende a imputação de responsabilidades e/ou a aplicação de sanções e a instituição de recompensas (Afonso, 2009, 2010).

O sistema de *accountability* consiste em um conjunto articulado de modelos e formas parcelares de *accountability* que possuem especificidades e podem manter diferentes graus de autonomia relativa. Esse sistema é considerado uma condição estruturante no quadro congruente das políticas públicas e, além disso, é pautado por princípios como o bem comum, a democraticidade, a participação, o dever de informar e o direito a ser informado, a argumentação, o contraditório, a transparência, a responsabilização, entre outros (Afonso, 2009, 2010).

Diante do exposto, conforme Silva, Silva e Freire (2022), podemos dizer que, na rede de ensino do estado da Paraíba, a partir de 2011, o estabelecimento dos referidos pilares da *accountability* educacional viabilizou a constituição de um modelo de *accountability* em estágio menos avançado de implantação quando comparado aos estados da região Nordeste, como Ceará e Pernambuco, que possuem políticas de *accountability* consolidadas e se constituem como referências para os demais estados da região e do País.

O presente estudo, orientado pelo materialismo histórico-dialético, considera a historicidade, as contradições e as mediações que compõem a sociedade capitalista; e apresenta a análise das configurações e especificidades das políticas de avaliação externa e de *accountability* na realidade social e educacional paraibana, vinculando-as a processos sociais mais amplos que as determinam em última instância, mas sem desconsiderar as determinações locais. Nessa perspectiva, o método histórico-dialético “[...] fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.” (Gil, 2008, p. 14).

O artigo adotou como técnicas de coleta de dados o levantamento bibliográfico e a análise de documentos de política educacional. A revisão bibliográfica identificou a produção acadêmica relativa às políticas educativas adotadas nas últimas duas décadas no estado da Paraíba, com ênfase na implantação de políticas de regulação por resultados. Na revisão bibliográfica, organizamos a identificação, separação e análise dos textos acadêmicos nas seguintes etapas: inicialmente, lemos os resumos das teses e das dissertações selecionadas para o trabalho e organizamos um quadro com título do trabalho, instituição da pesquisa, autor, ano de defesa e nível. Em seguida, elaboramos mais dois⁴ quadros: um com os trabalhos que analisam a temática da gestão educacional e das políticas de *accountability* na educação brasileira (2007-2019); e outro com os que analisam as temáticas das políticas educacionais, da gestão educacional e das políticas de *accountability* da rede estadual de ensino da Paraíba (2007-2019).

O estudo dos documentos fundamentou-se na compreensão de que é preciso considerá-los como resultados de processos históricos, políticos e econômicos e que se inserem em uma totalidade social e expressam interesses e projetos de sociedade em disputa (Cury, 1985; Evangelista, 2012). Tal compreensão implica reconhecer que as políticas são moldadas por influências e dinâmicas mais amplas, o que proporciona uma compreensão mais abrangente de sua origem e de seus propósitos.

Documentos de política educacional são constituídos por “leis, documentos oficiais e não oficiais, estatísticas, registros escolares, correspondências, livros, regulamentos, relatórios, textos e materiais similares” (Evangelista, 2012, p. 52). Ademais, são provenientes do Estado, de organizações internacionais, de agências e de intelectuais relacionados a essas esferas e, sendo assim, não somente expressam as diretrizes para a educação, mas, também, articulam interesses, projetam políticas e produzem intervenções sociais (Evangelista, 2012).

Neste estudo, destacamos as políticas relacionadas diretamente à *accountability* educacional, por enfatizarem os mecanismos de responsabilização, prestação de contas e avaliação externa na rede estadual de ensino da Paraíba. Analisamos as políticas implementadas durante o primeiro mandato de Ricardo Coutinho (2011-2014), incorporadas ao Programa de Gestão Paraíba Faz Educação I, incluindo o Sistema Estadual de Avaliação da Educação da Paraíba

⁴ Os dois quadros compõem a pesquisa mais ampla que originou o artigo.

(Avaliando Idepb), o Índice de Desenvolvimento da Educação da Paraíba (Idepb) e os prêmios Escola de Valor e Mestres da Educação. Já em relação ao seu segundo mandato (2015-2018), considerando o Plano de Gestão Paraíba Faz Educação II, abordamos a criação do Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP), do Sistema de Gestão de Informações da Rede Estadual de Educação da Paraíba (Saber), do Programa de Modernização e Eficiência da Gestão de Aprendizagem na Paraíba (Pmega/PB) e do Pacto pela Aprendizagem na Paraíba (Soma).

O *corpus* documental que fundamenta o presente trabalho, além dos documentos oficiais do estado da Paraíba, foi constituído por informações e notícias veiculadas nos *sites* do Governo do Estado da Paraíba e da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE/PB) bem como em jornais digitais, *sites* e *blogs*.

Tanto a definição quanto a análise do *corpus* documental para a pesquisa seguiram algumas etapas sequenciais. Primeiramente, realizamos, no portal da Assembleia Legislativa, a busca pela legislação educacional da Paraíba publicada entre 2011 e 2018. O foco foram os documentos relacionados à implementação do gerencialismo na educação paraibana, com ênfase nas políticas de avaliação externa em larga escala e de *accountability* educacional. Em seguida, selecionamos os documentos, organizamo-los por temas e elaboramos um quadro (Quadro 1) com sua caracterização e suas ementas.

Posteriormente, localizamos no *Diário Oficial do Estado da Paraíba* os editais dos prêmios Escola de Valor e Mestres da Educação referentes ao período de 2011 a 2018 e selecionamos, para o presente texto, o Edital de n.º 004/2018 (Paraíba, 2018b) por melhor sistematizar as informações pertinentes ao estudo. A última etapa consistiu na leitura e análise interpretativa e crítica das definições dos documentos acerca da temática estudada. Nesse momento, buscamos identificar objetivos, estrutura e funcionamento do sistema de avaliação em larga escala do estado da Paraíba e as suas articulações com os pilares da *accountability* educacional – responsabilização e prestação de contas – previstos nos documentos examinados. O Quadro 1 elenca os documentos analisados, aprovados no período de 2011 a 2018 e que configuram o conjunto de políticas de *accountability* estabelecidas no estado em estudo.

Quadro 1 - Documentos regulamentadores da política de *accountability* na educação estadual paraibana (2011-2018)

	Tipo de documento	Data de publicação	Ementa
1	Lei n.º 9.456/2011	06/10/2011	Institui o Prêmio Educação Exemplar, no âmbito do poder executivo estadual e dá outras providências.
2	Lei n.º 9.879/2012	13/09/2012	Institui, no âmbito do poder executivo estadual, os prêmios Mestres da Educação e Escola de Valor e dá outras providências.
3	Medida Provisória n.º 368/2015	14/07/2015	Institui, no âmbito da SEE, o Sistema Próprio de Avaliação da Rede Pública Estadual de Ensino da Paraíba, o Idepb e o PIP.
4	Resolução n.º 001/2016	22/02/2016	Institui, no âmbito da SEE, o Saber.
5	Decreto n.º 37.234	14/02/2017	Cria o Soma - e dá outras providências.
6	Portaria n.º 617/2017	25/05/2017	Institui, no âmbito do poder executivo estadual, o Pmega/PB.
7	Editais n.º 003/2018 e 004/2018	11/04/2018	Estabelecem os critérios de concessão dos prêmios Escola de Valor e Mestres da Educação.

Fonte: elaborado pelos autores em 2023

O levantamento bibliográfico e a análise documental permitiram identificar as políticas e ações relacionadas à implementação dos princípios gerenciais na rede estadual de ensino paraibana, com a instituição de políticas de avaliação em larga escala, responsabilização e pagamento por desempenho. Assim, como podemos ver, na Paraíba, os documentos analisados propõem um projeto de redefinição da intervenção do Estado no setor educacional, que beneficia, principalmente, os interesses de grupos empresariais e políticos alinhados à agenda neoliberal. Tal agenda representa uma ameaça à construção do direito universal e igualitário à educação no estado e tem promovido a implementação das orientações gerenciais e de mecanismos de privatização na educação paraibana.

O texto está estruturado em duas seções, além da presente introdução. Na primeira seção discutimos brevemente as influências do neoliberalismo e do modelo gerencial no desenvolvimento da reforma do Estado e da educação no Brasil, abordando mais especificamente a implantação do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (Pnage) no estado na Paraíba a partir de 2006. Na segunda seção, discorreremos sobre a estruturação das políticas de *accountability* na rede de

ensino da Paraíba nos dois mandatos do governador Ricardo Coutinho (2011-2014 e 2015-2018), como promotor de reformas na administração pública e na educação estadual. Por fim, tecemos as considerações finais acerca do desenvolvimento e dos desdobramentos das políticas de *accountability* na educação estadual paraibana.

Gerencialismo, reforma do Estado e da educação no Brasil e no estado da Paraíba

A partir da década de 1990, as políticas educacionais adotadas no Brasil foram caracterizadas pela “[...] implementação de programas de monitoramento do desempenho de alunos e instituições, bem como pelo aumento das parcerias entre o Estado e a sociedade” (Dambros; Mussio, 2014, p. 2). Essa monitorização foi alcançada por meio do fortalecimento e da ampliação das políticas de avaliação externa da educação, com o objetivo de promover um amplo processo de adaptação das secretarias de educação e das escolas ao gerencialismo.

Como exemplo de tais políticas temos a instituição do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), pela *Portaria n.º 1.795, de 27 de dezembro de 1994* (Brasil, 1994) – que incentivou a estruturação de novas políticas apoiadas na lógica gerencial, como é o caso do Exame Nacional do Ensino Médio, em 1998, instituído pela *Portaria n.º 438, de 28 de maio de 1998* (Brasil, 1998) –; e a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pelo *Decreto n.º 6.094, de 24 de abril de 2007* (Brasil, 2007), que também criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Foi nesse contexto que as políticas de *accountability* educacional conseguiram ganhar grande impulso no cerne da educação básica brasileira (Schneider; Ribeiro, 2020).

As reformas na gestão pública iniciadas nesse período, no âmbito federal, foram replicadas nas administrações públicas estaduais, cujo impulso ocorreu a partir de cinco fatores principais: a crise financeira dos governos estaduais e a construção de uma coalizão e de instituições pró-ajuste fiscal; a propagação das ideias da NGP; a disseminação de boas práticas e inovações administrativas pelo País; o fortalecimento de fóruns federativos interestaduais; e o processo de construção de rede entre a União e os estados em prol do Pnag (Abrucio; Gaetani, 2006).

Destacamos o Pnag – concebido durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e implementado a partir de 2003 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva –, que visava fortalecer a gestão estadual em prestação de serviços e transparência no gasto público. Foi executado por parcerias entre o Ministério do Planejamento, o Conselho Nacional de Secretários de Administração (Consad) e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento (Conseplan), com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo a Caixa Econômica Federal responsável pela distribuição de recursos e pela análise das prestações de contas a partir de 2008, visando abranger todos os estados e o Distrito Federal (Brasil, 2015).

Durante a gestão do governador Cássio Cunha Lima (PSDB), na Paraíba, entre 2003 e 2009, teve início o processo de reforma do Estado (Moura; Oliveira, 2022). No entanto, foi no período de 26 de junho de 2006 a 31 de maio de 2013 que o governo estadual implementou o Pnag, conforme o Contrato n.º 0011/2006/MP/CAIXA, utilizando recursos no valor total de R\$ 12.958.789,24, dos quais R\$ 4.801.448,81 foram a contrapartida do estado. Esses recursos foram direcionados para fortalecer a capacidade gerencial do Estado, melhorar os serviços públicos, garantir transparência no gasto público e modernizar a máquina pública, incluindo a informatização do sistema (Paraíba, 2009, 2020). O processo de reforma iniciado na gestão de Cássio Cunha Lima (PSDB) continuou nos governos subsequentes, como evidenciado pelas ações realizadas nos governos de Ricardo Coutinho (2011-2018).

Durante o governo de Coutinho (2011-2014), um exemplo dessa continuidade foi a criação da *Lei n.º 9.454, de 6 de outubro de 2011* (Paraíba, 2011b), que estabeleceu o Programa Gestão Pactuada. Esse programa visa qualificar Organizações Sociais (OS) para atuarem no setor educacional e em outros âmbitos estaduais, promovendo a colaboração entre órgãos públicos e entidades privadas por meio de Contratos de Gestão para a realização de atividades públicas (Paraíba, 2011b).

As OS na educação paraibana foram inicialmente contratadas para fornecer uma variedade de serviços nas escolas estaduais, incluindo vigilância, limpeza, portaria, educação especial, inspetoria, supervisão, orientação e psicologia. No entanto, essa atuação tem sido criticada devido à terceirização dos serviços; ao pagamento variável do corpo diretivo com base em metas estabelecidas com a SEE/PB para aumentar o Idepb; e à transformação da gestão

escolar em um sistema híbrido compartilhado com organizações privadas, sob uma lógica gerencial (Araújo; Lima; Sousa Júnior, 2020).

Durante o segundo mandato de Ricardo Coutinho (2015-2018), na Paraíba, entre as organizações privadas envolvidas no campo educacional, destacam-se: *Google*, Universidade de Ciências Aplicadas da Finlândia, Instituto de Corresponsabilidade Educacional, *World Fund*, Instituto Sonho Grande, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco e Fundação Itaú Social. Tais organizações atuaram nas dimensões do currículo, da gestão e da oferta educacional em programas como o Paraíba Tec; e na implementação das Escolas Cidadãs Integrais em todo o estado (Sousa Júnior; Moura, 2021). Porém, desde 2006, a Lei n.º 8.043/2006, que aprovou o Plano Estadual de Educação da Paraíba (2006-2016), tem aprimorado o processo de privatização no estado, permitindo ao governo estadual ampliar parcerias entre educação pública e privada. Esse enfoque foi reforçado durante as gestões de Ricardo Coutinho, com programas focados em ciência, tecnologia, empreendedorismo, gestão escolar e correção de distorções idade-série (Souza, 2018).

A seguir, apresentamos as principais políticas educacionais implementadas nos governos de Ricardo Coutinho (PSB), no período de 2011 a 2018, a fim de traçar um panorama de como tais políticas vêm se estruturando no seio da educação estadual paraibana.

Avaliação externa, prestação de contas e responsabilização educacional na rede estadual de ensino da Paraíba (2011-2018)

Desde as mudanças no Saeb em 2005, o tema da *accountability* educacional tornou-se central nos debates e na formulação de políticas educacionais em âmbito nacional. A partir de 2007, os instrumentos de *accountability* foram ampliados com a criação do Ideb e de metas bianuais para escolas públicas, baseadas no desempenho estudantil. Desse modo, as políticas ou sistemas formais de *accountability* estão cada vez mais fundamentados nos sistemas de avaliação da educação básica como ponto de partida e suporte, o que não é um fenômeno novo nas políticas educacionais relacionadas à NGP (Schneider; Nardi, 2015).

No setor educacional paraibano, as políticas adotadas durante os dois mandatos do governador Ricardo Coutinho (2011-2018) foram guiadas pelas diretrizes e propostas do Partido

Socialista Brasileiro (PSB). Durante seu primeiro mandato (2011-2014), o lançamento do Plano de Gestão Paraíba Faz Educação I, em 22 de agosto de 2011, direcionou as políticas educacionais para o período. Em seu segundo mandato (2015-2018), o Plano de Gestão Paraíba Faz Educação I foi substituído pelo Paraíba Faz Educação II, lançado em 14 de julho de 2015. Tais planos auxiliaram na implementação de um conjunto de políticas na rede estadual de ensino, envolvendo, entre outros aspectos, políticas para a erradicação do analfabetismo e direcionadas para a formação de professores, inclusão social e *accountability* educacional.

O Avaliando Idepb e o Idepb foram instituídos em 2012 e regulamentados em 2015 pela *Portaria n.º 368, de 14 de julho de 2015* (Paraíba, 2015). O Avaliando Idepb é uma avaliação anual censitária em larga escala nas escolas estaduais, que focaliza habilidades em Língua Portuguesa e Matemática para modernizar a gestão educacional, elevar indicadores e promover avaliações externas (Paraíba, 2015). Utiliza a Teoria de Resposta ao Item (TRI) e abrange o 5.º e o 9.º anos do Ensino Fundamental, além do 3.º ano do Ensino Médio, categorizando o desempenho dos alunos em quatro níveis. A responsabilidade pela realização do Avaliando Idepb na Paraíba cabe ao Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF).

A realidade paraibana de construção de uma cultura de avaliação baseada em resultados revela um dos eixos estruturantes das reformas da administração pública educacional, ou seja, a “[...] governação por números, indicadores e medidas quantificadas” (Schneider; Ribeiro, 2020), imputando a elaboração de *standards* que estabelecem as diretrizes para a aplicação da meritocracia gerencial. Essa cultura de avaliação enfatiza o uso da avaliação como mecanismo de controle do desempenho escolar, levando a um foco nos resultados e nos compromissos específicos para melhorá-los. Dessa forma, a implementação do Avaliando Idepb tem ocasionado uma reorganização da gestão na rede estadual, com atenção na avaliação externa e no cumprimento das metas do Ideb.

O CAEd/UFJF é atualmente dominante no cenário de avaliações próprias dos estados, agindo como parceiro em parte do processo de avaliação – ou em todo ele. Um dos focos centrais da atuação do CAEd/UFJF consiste na formação de profissionais das redes estaduais para a apropriação dos resultados das avaliações na gestão educacional e escolar e nas práticas pedagógicas adotadas nas escolas. Sua participação nas avaliações externas estaduais confere

um alto grau de padronização, refinamento técnico e esforço para a formação de técnicos e docentes das redes estaduais e para a compreensão das concepções e dos mecanismos que embasam a elaboração das provas. Ao analisarem a atuação desse Centro, Garcia e Silva (2023) afirmam que suas iniciativas impulsionam e integram processos de privatização da educação básica e de disseminação do gerencialismo na educação básica pública no País.

A implantação do Avaliando Idepb revela, ao mesmo tempo, a terceirização da avaliação externa na Paraíba – com a contratação do CAEd/UFJF para a organização do Sistema de Avaliação na rede estadual de ensino – e a abertura para a privatização nas dimensões da gestão educacional e do currículo, por meio, principalmente, da adoção de tecnologias educacionais e insumos curriculares *vendidos* pelo CAEd/UFJF (Rodrigues, 2021).

Para Moura e Oliveira (2022), o Avaliando Idepb é uma tecnologia que, no âmbito estadual, visa fortalecer o Saeb. Apontam, também, que essa ferramenta foi projetada e está em funcionamento para avaliar o desempenho tanto dos estudantes quanto de cada instituição de ensino na rede estadual da Paraíba e, além disso, se configura como uma poderosa ferramenta no controle dos resultados educacionais, pois desempenha o papel de uma tecnologia fundamental que viabiliza a operação de outras estratégias e tecnologias de gestão implementadas no sistema educacional do estado da Paraíba.

O Avaliando Idepb e o Idepb, no contexto da *accountability* educacional, desempenham um papel fundamental na dimensão da avaliação, servindo como ferramentas para coletar e analisar informações sobre o desempenho das escolas estaduais da Paraíba (Rodrigues, 2021). Esses instrumentos foram projetados para monitorar o desempenho dos alunos em avaliações em larga escala e assegurar um controle mais efetivo das atividades realizadas nas escolas pelos professores e pelos gestores.

Essa abordagem está vinculada à implementação de uma gestão orientada por resultados, que inclui a introdução de mecanismos ou políticas de *pagamento por mérito*. Sobre essa questão, em 2012, por meio da *Lei n.º 9.879, de 13 de setembro de 2012* (Paraíba, 2012), foram instituídas duas iniciativas de pagamento por desempenho dos profissionais da educação do estado da Paraíba: o Prêmio Mestres da Educação e o Prêmio Escola de Valor. Antes disso, em 2011, foi criado pela *Lei n.º 9.456/2011* (Paraíba, 2011a) o Prêmio Educação Exemplar,

subdividido em duas categorias, Professor Exemplar e Gestor Exemplar. O Prêmio só teve uma edição e foi substituído em 2012 pelos dois prêmios atualmente em vigor.

O Prêmio Escola de Valor consiste no pagamento do 14.º salário aos profissionais da rede estadual de ensino da Paraíba, incluindo gestores, professores, merendeiras, pessoal de limpeza, entre outros. O Prêmio é pago ao final do ano letivo e tem como objetivo avaliar e valorizar as escolas estaduais que se destacam na gestão escolar e contribuem para a melhoria contínua da escola. Avalia a gestão escolar em quatro dimensões: pedagógica, participativa, de pessoas e lideranças e de infraestrutura. Para cada dimensão, são estabelecidos critérios específicos, e documentos comprobatórios são exigidos para certificar o seu cumprimento (Paraíba, 2018a).

Para concorrer ao Prêmio Escola de Valor é necessário, além de elaborar e desenvolver um PIP na escola, cumprir vários requisitos, incluindo a criação de um projeto político-pedagógico que siga as diretrizes da SEE/PB; o preenchimento dos dados da escola na plataforma do Saber; a melhoria dos indicadores educacionais; o estabelecimento de parcerias da escola com segmentos variados da sociedade; a participação dos profissionais em programas de formação continuada; e a prestação de contas de programas federais, como o Programa Dinheiro na Escola (PDDE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) (Paraíba, 2018a).

O Prêmio Mestres da Educação, por sua vez, tem como foco os professores que atuam na rede estadual de ensino e premia com o 15.º salário aqueles que alcançarem as metas estabelecidas. Esse adicional financeiro é temporário e não é incorporado ao salário-base – e é necessário que os docentes conquistem o benefício novamente a cada ano, assim como ocorre com o Prêmio Escola de Valor. Os professores contemplados com o Mestres da Educação, caso a escola em que atuam seja premiada também com o Escola de Valor, podem ser beneficiados com as duas premiações, ou seja, podem receber 14.º e 15.º salários (Paraíba, 2018b).

Para serem elegíveis ao Prêmio Mestres da Educação, os professores, além de desenvolver um projeto de intervenção, chamado de Projeto do Professor, precisam atender aos seguintes critérios: ter formação superior adequada para a disciplina que lecionam; possuir pós-graduação em educação; participar de curso de formação continuada de 80 horas;

ter frequência satisfatória na escola; comparecer a pelo menos 75% das reuniões de planejamento na escola; preencher o Diário de Classe na Plataforma Saber; receber a Bolsa de Incentivo do Pmega/PB; e participar das reuniões do Conselho de Classe (Paraíba, 2018b).

Uma peculiaridade das medidas de *accountability* implementadas na Paraíba está relacionada à participação *voluntária* das escolas e dos professores, que têm a opção de decidir sobre a inscrição nos editais anuais dos prêmios Escola de Valor e Mestres da Educação. No entanto, apesar dessa característica, a pressão para melhorar o desempenho alcança todas as escolas estaduais paraibanas – inclusive aquelas que optam por não se inscrever nos prêmios –, constituindo-se como uma forma de *responsabilização simbólica*, que hierarquiza e classifica as instituições de ensino (Silva; Silva; Freire, 2022).

Compreender o funcionamento dos prêmios em questão permite constatar que o pagamento baseado em desempenho não aprimora as perspectivas de carreira e remuneração dos trabalhadores da educação, tendo em vista que é apenas uma medida temporária e paliativa para estimular o comprometimento e a participação dos docentes nos programas e projetos governamentais ano a ano (Rodrigues, 2021). Ademais, ambos os prêmios têm objetivos similares, fundamentados na avaliação externa da educação estadual e em uma perspectiva de reconhecimento dos profissionais com base no mérito e no alcance de metas predefinidas pela SEE/PB.

A partir dessa perspectiva, torna-se evidente que a política adotada na rede estadual de ensino da Paraíba apresenta uma concepção limitada em relação à valorização dos professores, a qual está vinculada a mecanismos de responsabilização e de prestação de contas. Desse modo, tal política não considera que a valorização dos professores e de outros profissionais da educação deve abarcar duas dimensões: aspectos objetivos – como um regime de trabalho adequado e um salário mínimo condizente; uma carreira docente que permita progressão profissional, formação e qualificação profissional adequadas; tempo destinado para estudos, avaliação e planejamento; e condições de trabalho satisfatórias – e aspectos subjetivos, que incluem a dignidade profissional, a autorrealização e o reconhecimento social (Leher, 2010; Rodrigues, 2021).

Assim, na Paraíba, estão em vigor dois modelos de pagamento por desempenho, conforme destacado por Cassetari (2010): o Prêmio Escola de Valor, vinculado ao modelo de

pagamento com base nos resultados da escola, que oferece o 14.º salário a todos os profissionais se a instituição alcançar metas específicas, refletindo a ideia de trabalho em equipe; e o Prêmio Mestres da Educação, ligado ao modelo de *pagamento por mérito individual*, que concede o 15.º salário apenas aos professores destacados em relação aos colegas, reconhecendo seu desempenho pessoal. Esses modelos refletem diferentes abordagens de *valorização seletiva* baseadas no desempenho.

Associado a ambos os prêmios como critério de premiação e ao Avaliando Idepb, foi criado o PIP, pela *Portaria n.º 368, de 14 de julho de 2015* (Paraíba, 2015). O PIP integra o Plano de Metas por Escola, que tem o objetivo de estabelecer metas individuais para as escolas estaduais, visando aprimorar os resultados do Idepb. A SEE/PB considera o PIP um instrumento crucial para planejamento, superação das dificuldades enfrentadas pelos alunos e melhoria do desempenho dos estudantes no Idepb. Ele está presente nos editais dos prêmios Escola de Valor e Mestres da Educação como um dos critérios para a concessão da bonificação.

O relatório de execução do PIP deve evidenciar o cumprimento de 100% da meta estabelecida no Idepb, com pelo menos 50% de melhoria em uma etapa de ensino em relação ao ano anterior; incluir ações para reduzir a evasão e o abandono escolar; e descrever as estratégias pedagógicas utilizadas para alcançar as metas, comprovadas por documentos como fotografias (Paraíba, 2018a).

De acordo com Silva *et al.* (2019), o PIP é uma ferramenta de planejamento que reforça o monitoramento e controle de resultados nas escolas estaduais, contribuindo para aprimorar a gestão e o gerenciamento dos sistemas educacionais. Apesar da abordagem democrática e participativa proposta pela SEE/PB no PIP, sua implementação na rede estadual segue as diretrizes do gerencialismo e da gestão por resultados. O PIP é considerado um dos principais instrumentos para orientar o trabalho das escolas em consonância com os critérios e as metas dos prêmios Mestres da Educação e Escola de Valor, com o objetivo comum de melhorar os resultados do Avaliando o Idepb e do Idepb (Rodrigues, 2021).

De acordo com Cavalcante (2018), essa política de gestão por resultados na rede estadual de ensino da Paraíba estabelece estratégias de controle e pressão por parte do Estado sobre os professores e os gestores, de modo que a gestão seja baseada em resultados, o que exige compromisso com metas incorporadas ao PIP das escolas. Tal realidade é evidente, pois,

a partir de 2015, o PIP e o Projeto do Professor tornaram-se critérios avaliados para a inscrição nos prêmios Escola de Valor e Mestres da Educação – e para sua concessão.

Uma outra medida que envolve a *accountability* educacional da rede estadual de ensino é a criação do Saber, por meio da *Resolução n.º 001, de 22 de fevereiro de 2016* (Paraíba, 2016). Trata-se de uma plataforma digital, desenvolvida com o objetivo de gerenciar e monitorar informações relacionadas à gestão das escolas estaduais e ao trabalho de docentes. O sistema centraliza dados sobre alunos, professores, funcionários, matrículas, frequência, notas e outros aspectos relevantes da gestão educacional (Paraíba, 2016, 2017b).

O Saber foi desenvolvido para oferecer acesso em tempo real a informações cruciais sobre o desempenho dos alunos, de modo que permite a identificação de necessidades pedagógicas, a geração de relatórios estatísticos e o planejamento de estratégias educacionais. Além disso, possibilita o cadastro de dados dos estudantes, o controle de frequência, o lançamento de notas, a gestão da carga horária dos professores e dos recursos humanos. Destina-se a otimizar a gestão educacional, embasando decisões em dados concretos e promovendo a excelência na educação na rede estadual da Paraíba (Paraíba, 2016, 2017b).

Com a promulgação da *Portaria n.º 617, de 25 de maio de 2017*, que estabeleceu o Pmega/PB, regulamentado pela *Lei n.º 10.920 de 21 de junho de 2017* (Paraíba, 2017b), o Saber passou por mudanças significativas. Além disso, o Pmega/PB tem como metas ampliar e fortalecer o Avaliando Idepb; implementar ações para reduzir repetência, abandono, evasão e distorção idade-série na rede estadual; e fortalecer as premiações por mérito dos profissionais da educação, incluindo a Bolsa Incentivo. Assim, conforme estabelecido pela *Lei n.º 10.920, de 21 de junho de 2017* (Paraíba, 2017b, Art. 5.º), que cria o Pmega/PB,

[...] aos professores lotados nas escolas da rede pública estadual de ensino e com carga horária mínima de 20 horas em sala de aula inseridas no Saber, será concedida bolsa incentivo, associada ao pagamento de seus vencimentos mensais, mediante o cumprimento de prazos e índices de eficiência, estabelecidos para cada dimensão, regulamentados por meio da Portaria de Secretário de Estado da Educação.

Os professores da rede estadual de ensino que cumpram os requisitos, registrando dados no Saber até o dia 10 de cada mês, como frequência, aulas ministradas, atividades e notas dos alunos, serão elegíveis para receber a Bolsa Incentivo de R\$ 150,00 mensais (Paraíba,

2017b). Esse incentivo não interfere em cálculos de férias, 13.º salário ou prêmios Mestres da Educação e Escola de Valor, conforme estabelecido pelo Pmega/PB.

Diante do exposto, fica claro que plataformas digitais como o Saber não são simples intermediários, mas sim dispositivos com poder de reconfiguração no ambiente educacional. A *governança por números* adotada por essas plataformas baseia-se na coleta de dados de desempenho escolar e representa uma forma de prestação de contas conhecida como *accountability digital*. Essa abordagem altera interações, comportamentos, ritmos e até mesmo processos de decisão nas escolas (Afonso, 2021), afetando a autonomia e a prática profissional, que não devem ser reduzidas apenas a dados quantificáveis.

Outra iniciativa da educação paraibana que integra o conjunto de políticas de *accountability* educacional é o Soma. Criado pelo *Decreto n.º 37.234, de 14 de fevereiro de 2017* (Paraíba, 2017a), o Soma é uma parceria entre a SEE/PB e o CAEd/UFJF – e abrange escolas de Ensino Fundamental das redes municipais e estadual.

O Soma é um programa que busca melhorar a qualidade da educação pública por meio de ações voltadas para a valorização e formação dos professores, o fortalecimento da gestão educacional e o apoio pedagógico aos estudantes (Paraíba, 2017a). É composto por seis iniciativas principais: (I) implantação do Saber; (II) criação do Programa de Desenvolvimento Profissional, que oferece certificação aos gestores escolares pelo CAEd/UFJF; (III) formação de professores para o ciclo da alfabetização; (IV) distribuição de materiais didáticos para o ciclo da alfabetização; (V) avaliação do desempenho estudantil, por meio de avaliações formativas e somativas; e (VI) monitoramento das ações de alfabetização e letramento (Paraíba, 2018c).

Tal Programa foi formalizado por meio de um pacto de cooperação entre o governo do estado e os municípios e envolveu 219 dos 223 municípios da Paraíba, além de 2.788 escolas e 163.203 alunos em 2019. Para aderirem ao Programa, os municípios estabeleceram acordos pactuados de cooperação técnica com o Estado e aceitaram os objetivos propostos, fato que resultou na doação de bens às suas instituições escolares (Paraíba, 2017a).

O Soma, parte das políticas de avaliação externa da Paraíba, é um programa que avalia o desempenho dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática por meio de testes padronizados. Essas provas visam medir habilidades essenciais para o progresso educacional dos estudantes e integram-se ao contexto das políticas de *accountability* educacional, que

ênfatisam a avaliação externa como um pilar fundamental. No entanto, o Soma é apenas uma parte de um conjunto de ações que incluem prestação de contas e responsabilização, buscando regular os resultados educacionais (Afonso, 2010).

De acordo com Silva (2019), a adesão quase total dos municípios da Paraíba ao Soma reflete uma ampliação da atuação do governo estadual na educação municipal por meio de mecanismos de indução e o fortalecimento da utilização de avaliações externas na educação básica estadual. O Soma também evidencia o aumento da participação do CAEd/UFJF na educação paraibana, com foco em iniciativas voltadas para o desempenho estudantil e a formação dos profissionais da educação.

Souza e Silva (2020) corroboram essa discussão ao ressaltarem que, no Soma, o processo de pactuação ocorre por meio de parcerias formalizadas através da assinatura de um Termo de Compromisso. Embora a assinatura seja opcional, a SEE/PB envida esforços para incentivar a adesão dos municípios paraibanos ao Pacto. Segundo as autoras, “o conjunto de iniciativas do Soma revela a importância que a avaliação externa e as medidas de *accountability* têm ganhado na educação do Estado da Paraíba” (Souza; Silva, 2020, p. 83).

Desse modo, são evidentes, na Paraíba, as iniciativas de *accountability* mais recentes e menos formalizadas, especialmente devido à natureza não obrigatória das políticas de bonificação. No entanto, destaca-se nesse contexto a marcante presença dos princípios gerenciais e das medidas de responsabilização (Silva; Silva; Freire, 2022).

No que se refere ao pilar da avaliação externa, é preciso mencionar a importância central do Idepb como um indicador que avalia a *qualidade da educação* no estado da Paraíba e do PIP, que, estando alinhado aos critérios das duas premiações, assume um papel significativo ao planejar as diretrizes a serem seguidas ao longo do ano para melhorar os resultados da escola. No que diz respeito à prestação de contas, esta assume uma abordagem informativa, hierárquica e não participativa, efetivada por meio da regulamentação da SEE/PB e dos editais anuais dos prêmios. Nesse modelo, as escolas não têm participação na definição dos critérios e do formato dos prêmios – nem recebem *feedback* sobre o PIP proposto (Rodrigues, 2021).

Na Paraíba, há um *sistema de alta responsabilização* que inclui mecanismos de bonificação e premiação vinculados aos resultados das escolas e dos profissionais. As políticas de pagamento por desempenho na rede estadual de ensino paraibana visam incentivar o

comprometimento dos professores com as metas estabelecidas e abrangem gestores e demais funcionários da escola (Oliveira; Clementino, 2019). Isso demonstra que a responsabilização educacional na Paraíba se reflete através de incentivos financeiros e simbólicos, impactando o trabalho das escolas e dos profissionais da educação.

Em síntese, o conjunto de políticas estruturado nos dois mandatos de Ricardo Coutinho (2011-2018), pelos dois Planos de Gestão – Paraíba Faz Educação I e II –, (re)introduziu o gerencialismo na educação básica da rede estadual de ensino da Paraíba, por meio de medidas como privatização do setor; parcerias com institutos, fundações e empresas privadas; políticas de avaliação externa em larga escala; remuneração baseada em desempenho; mecanismos de prestação de contas; e responsabilização de profissionais.

Considerações finais

O conceito de *accountability* é composto por três pilares interdependentes – a avaliação, a prestação de contas e a responsabilização (Afonso, 2009, 2010) –, e podemos notar a presença desses três pilares na educação estadual paraibana, que constituem o conjunto de políticas de *accountability* educacional que marcaram os dois mandatos do governador Ricardo Coutinho (2011-2018).

Na rede de ensino analisada, a influência do Saeb e do Ideb, iniciativas do governo federal para promover uma cultura de gestão baseada em resultados, é evidente. Essas iniciativas enfatizam a importância da avaliação externa como um pilar fundamental das políticas de *accountability* educacional. O Idepb e o Avaliando Idepb, criados durante o primeiro mandato de Ricardo Coutinho, têm como objetivo monitorar o desempenho dos alunos em avaliações de larga escala e garantir um controle mais efetivo do trabalho dos professores e dos gestores nas escolas, por meio de uma gestão orientada para resultados. Essa abordagem também envolve a implementação de políticas de pagamento por desempenho, como os prêmios Escola de Valor e Mestres da Educação, que consideram os resultados do Idepb em seus critérios de concessão.

O estudo das políticas de *accountability* educacional na rede estadual de ensino da Paraíba revela que a implementação do Pmega/PB e a criação do Saber, utilizados para monitorar o desempenho de profissionais e escolas da rede estadual, fortalece o modelo de

gestão baseado em resultados. Esse modelo de gestão estabelece metas com base no Idepb, tendo em vista a implementação de um processo de monitoramento, que incluiu a expansão dos critérios para a concessão de prêmios estaduais e o aperfeiçoamento dos indicadores de eficiência educacional.

Nesse sentido, o preenchimento do Saber é um dos critérios avaliados nos prêmios Escola de Valor e Mestres da Educação e, assim, essa prática serve como um meio de prestar contas para a SEE/PB sobre o processo de ensino-aprendizagem das escolas da rede estadual, com informações sobre a assiduidade de alunos e professores, registro dos conteúdos das aulas ministradas e das notas obtidas pelos estudantes, entre outras informações relevantes.

O terceiro pilar das políticas de *accountability* educacional, o da responsabilização, materializa-se expressivamente nas políticas educacionais da rede estadual de ensino da Paraíba por meio dos referidos prêmios. Para receber a bonificação anual, os inscritos, sejam eles escolas ou profissionais individuais (professores), devem atingir a nota mínima estabelecida, o que configura um mecanismo de recompensa para alguns e de punição para aqueles que não recebem o adicional salarial. Desse ponto de vista, esse mecanismo negligencia os profissionais que não se inscreveram nos prêmios devido a vários fatores. Portanto, há uma contradição, pois a responsabilização pelo não cumprimento das metas e dos critérios é direcionada às escolas e a seus profissionais, pressionando-os para o alcance dos objetivos e o cumprimento dos critérios, enquanto a SEE/PB é desresponsabilizada pelos resultados educacionais das escolas estaduais.

De acordo com a classificação das políticas de *accountability* proposta por Afonso (2009, 2010) – e considerando as características das políticas educacionais implementadas no estado da Paraíba no período de 2012 a 2018 –, é possível afirmar que essas iniciativas configuram um modelo de *accountability*, pois envolvem os três pilares da *accountability* (avaliação, prestação de contas e responsabilização) e articulam formas parcelares de *accountability* educacional. Dessa forma, o modelo de *accountability* adotado na Paraíba combina diversos processos, tais como: avaliação externa, avaliação do desempenho, fornecimento de informações, atribuição de recompensas materiais e simbólicas aos profissionais da educação e imputação de responsabilidades aos sujeitos pelos resultados educacionais.

Outros elementos das políticas promovidas pelos governos de Ricardo Coutinho (2011-2018) evidenciam que, desde 2012, o CAEd/UFJF atua com a SEE/PB para incentivar uma gestão

educacional por resultados, observada na promoção de políticas de pagamento por desempenho para profissionais da rede estadual; na privatização dos processos de avaliação, por meio do Avaliando Idepb e do Idepb; e na estruturação e regulação da formação continuada dos profissionais da rede estadual de ensino.

As políticas adotadas na rede estadual de ensino da Paraíba revelam a ausência de um projeto político abrangente para a valorização da carreira docente, com aumento salarial e investimentos na educação, pois a alternativa encontrada foi premiar financeiramente, como forma de incentivo, as escolas e os profissionais que se *destacam*.

Assim, no período de 2012 a 2018, a política educacional estudada privilegiou a instituição de mecanismos de avaliação externa e de responsabilização, visando ao desenvolvimento de competências gerenciais entre os profissionais das escolas estaduais. Com isso, entendemos que a adoção do princípio da meritocracia nas políticas estudadas acarreta diversas consequências, como o afastamento de uma perspectiva democrática e o estímulo à competição, ao individualismo, ao ranqueamento das escolas e dos seus profissionais e à centralização das decisões nos gestores das redes de ensino e das unidades educativas. Tais processos têm contribuído para a reconfiguração do trabalho docente, com a constituição de novas hierarquias e de uma cadeia de responsabilização que envolve o sistema educacional como um todo, desde o gestor até o aluno, com ênfase na gestão por resultados e busca pela conquista das premiações.

Os textos oficiais que apresentam tais medidas como indispensáveis para a *melhoria da qualidade da educação* e a *valorização* de seus profissionais precisam ser desmistificados e confrontados com seus desdobramentos nas escolas públicas. A construção de um conhecimento crítico e contextualizado dessa realidade é papel da academia e precisa contribuir para subsidiar processos de sua reversão e do fortalecimento de uma outra concepção de gestão e de avaliação. O presente texto situa-se nesse esforço.

Referências

ABRUCIO, F. L.; GAETANI, F. Avanços e perspectivas da gestão pública nos estados: agenda, aprendizado e coalizão. In: COSTA, L. L. (org.). *Avanços e perspectivas da gestão pública nos estados*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006. p. 1-27. v. 1.

AFONSO, A. J. Políticas avaliativas e *accountability* em educação – subsídios para um debate iberoamericano. *Sísifo – Revista de Ciências da Educação*, São Paulo, n. 9, p. 57-70, maio/ago. 2009.

AFONSO, A. J. Um olhar sociológico em torno da *accountability* em educação. In: ESTEBAN, M. T.; AFONSO, A. J. (org.). *Olhares e interfaces: reflexões críticas sobre avaliação*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 147-170.

AFONSO, A. J. Novos caminhos para a sociologia: tecnologias em educação e *accountability* digital. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 42, e250099, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.250099>

ARAÚJO, A. C. C. de; LIMA, F. B. T. de; SOUSA JÚNIOR, L. A gestão da rede estadual de ensino da Paraíba por organizações sociais: tensões e desafios. *Roteiro*, Joaçaba, v. 45, p. 1-26, jan./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.18593/r.v45i0.23370>

BAUER, A. Avaliação de Redes de Ensino e Gestão Educacional: aportes teóricos. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 1-28, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-623677006>

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria n.º 1.795, de 27 de dezembro de 1994. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 246, p. 20.767-20.768, 28 dez. 1994. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=91&data=28/12/1994&captchafield=firstAccess> Acesso em: 4 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n.º 438, de 28 de maio de 1998. Institui o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 1 de jun. de 1998. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=181748> Acesso em: 16 jun. 2019.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto n.º 6.094, de 24 de abril de 2007*. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm Acesso em: 4 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. *Programas de apoio à gestão estadual tiveram execução recorde em 2009*. Brasília: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 7 abr. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/gestao/outros/gestao-publica/noticias/programas-de-apoio-a-gestao-estadual-tiveram> Acesso em: 10 out. 2023.

CASSETTARI, N. *Remuneração variável para professores: revisão da literatura e desdobramentos no estado de São Paulo*. 2010. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CAVALCANTE, M. S. *Gestão e Avaliação: o Avaliando Idepb e o Prêmio Escola de Valor - o projeto de formação humana no contexto da hegemonia neoliberal*. 2018. 397f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

CURY, C. R. J. *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

DAMBROS, M.; MUSSIO, B. R. Política educacional brasileira: a reforma dos anos 90 e suas implicações. In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: ANPED, 2014. p. 1-15.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (org.). *A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais*. Campinas: Alínea, 2012. p. 52-71. v. 1.

GARCIA, L. T. dos S.; SILVA, A. F. da. Neotecnismo e reconversão docente: a atuação do centro de políticas públicas e avaliação da educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAED/UFJF). *Paradigma*, [S. l.], v. 44, n. 5, p. 463-490, 2023.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEHER, R. Valorização do magistério. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. p. 1-8.

MOURA, S. A. de; OLIVEIRA, D. A. Privatização da educação no estado da Paraíba: uma análise das políticas no contexto da NGP. *Revista Eletrônica Pesquiseduca*, Santos, v. 14, n. 36, p. 871-892, maio/ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.58422/repesq.2022.e1334>

OLIVEIRA, D. A.; CLEMENTINO, A. M. As políticas de responsabilização na educação básica nos estados da região nordeste. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; RODRIGUES, C. M. L. (org.). *A política educacional em contexto de desigualdade: uma análise das redes públicas de ensino na região Nordeste*. Campinas: Mercado de Letras, 2019. p. 523-562.

PARAÍBA. Governo do Estado da Paraíba. *Paraíba terá R\$ 6,44 milhões do PNAGE para melhorar administração*. Online. João Pessoa, 24 abr. 2009. Disponível em: <https://antigo.paraiba.pb.gov.br/index-15925.html> Acesso em: 20 fev. 2024.

PARAÍBA. Lei n.º 9.456, de 06 de outubro de 2011. Institui o Prêmio Educação Exemplar, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado da Paraíba*, João Pessoa, 7 de outubro de 2011a. Disponível em:

http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/10073_texto_integral Acesso em: 20 fev. 2024.

PARAÍBA. Lei n.º 9.454, de 6 de outubro de 2011. Institui o Programa Gestão Pactuada, dispõe sobre a qualificação de Organizações Sociais e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado da Paraíba*, João Pessoa, 7 out. 2011b. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/doi/2011/outubro/diario-oficial-07-10-2011.pdf> Acesso em: 20 fev. 2024.

PARAÍBA. Lei n.º 9.879, de 13 de setembro de 2012. Dispõe sobre a abertura de crédito extraordinário para atendimento de situação de emergência e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado da Paraíba*, João Pessoa, 14 set. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/andre/Downloads/Diario%20Oficial%2014-09-2012.pdf> Acesso em: 4 abr. 2024.

PARAÍBA. Portaria n.º 368, de 14 de julho de 2015. Institui no âmbito da Secretaria de Estado da Educação o Sistema Próprio de Avaliação da Rede Pública Estadual de Ensino da Paraíba. *Diário Oficial do Estado da Paraíba*, João Pessoa, 15 jul. 2015. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/doi/2015/julho/diario-oficial-15-07-2015.pdf> Acesso em: 20 fev. 2024.

PARAÍBA. Resolução n.º 001, de 22 de fevereiro de 2016. Institui no âmbito da Secretaria de Estado da Educação o Sistema de Gestão de Informações da Rede Estadual de Educação da Paraíba. *Diário Oficial do Estado da Paraíba*, João Pessoa, 23 fev. 2016. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doi/2016/fevereiro/diario-oficial-23-02-2016.pdf> Acesso em: 20 fev. 2024.

PARAÍBA. Decreto n.º 37.234, de 14 de fevereiro de 2017. Cria o Soma - Programa Pacto pela Aprendizagem na Paraíba, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado da Paraíba*, João Pessoa, 15 fev. 2017a. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doi/2017/fevereiro/diario-oficial-15-02-2017.pdf> Acesso em: 20 fev. 2024.

PARAÍBA. Lei n.º 10.920, de 21 de junho de 2017. Institui no âmbito do Poder Executivo, o Programa de Modernização e Eficiência da Gestão de Aprendizagem na Paraíba. *Diário Oficial do Estado da Paraíba*, João Pessoa, 23 jun. 2017b. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/12665_texto_integral Acesso em: 20 fev. 2024.

PARAÍBA. Edital n.º 003/2018. Prêmio Escola de Valor. *Diário Oficial do Estado da Paraíba*, João Pessoa, 11 abr. 2018a. Disponível em: <https://www.auniao.pb.gov.br/servicos/doi/2018/abril/diario-oficial-11-04-2018.pdf> Acesso em: 20 fev. 2024.

PARAÍBA. Edital n.º 004/2018. Prêmio Escola de Valor. *Diário Oficial do Estado da Paraíba*, João Pessoa, 11 abr. 2018b. Disponível em:

<https://www.auniao.pb.gov.br/servicos/doi/2018/abril/diario-oficial-11-04-2018.pdf> Acesso em: 20 fev. 2024.

PARAÍBA. SOMA – 2018. Pacto pela aprendizagem na Paraíba. *Revista do Gestor Escolar*, Juiz de Fora, v. 2, 2018c. Disponível em:

<https://somapb.caeddigital.net/resources/colecoes/PB%20SOMA%202018%20RG%20WEB.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Administração. Ofício/051/2020/GEMOG. *Portal da Transparência da Paraíba*. Serviço de Informação ao Cidadão. João Pessoa: Secretaria de Estado da Administração, 10 set. 2020. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1u1KHppT2uLzS_KrC9bbKxCq5J8YDZCQs/view?usp=sharing Acesso em: 9 out. 2023.

RODRIGUES, J. da S. Prêmio *Escola de Valor no contexto das políticas de accountability na rede estadual de ensino da paraíba (2012-2018)*. 2021. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021.

SCHNEIDER, M. P.; NARDI, E. L. *Accountability* em educação: mais regulação da qualidade ou apenas um estágio do Estado-avaliador? *Educação Temática Digital*, Campinas, v. 17, n. 1, p. 58-74, jan./abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.2592/EDT17N1A20150074>

SCHNEIDER, M. P.; RIBEIRO, E. R. de O. Contornos do Estado Avaliador no Brasil. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 31, n. 78, p. 723-741, set./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae.v31i78.7096>

SILVA, A. F. da. Iniciativas de *accountability* na educação básica paraibana: políticas adotadas nas redes públicas municipais de ensino. In: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 39., 2019, Niterói. *Anais [...]*. Niterói: ANPED, 2019. p. 12-19.

SILVA, A. F. da *et al.* A política educacional para a Educação Básica no estado da Paraíba (2011-2018). In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; RODRIGUES, C. M. L. (org.) *A política educacional em contexto de desigualdade: uma análise das redes públicas de ensino na região Nordeste*. Campinas: Mercado de Letras, 2019. p. 255-300.

SILVA, A. F. da; SILVA, L. L. da; FREIRE, A. M. dos S. Políticas de *accountability* na educação estadual do Ceará, Pernambuco e Paraíba. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 33, e09562, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae.v33.9562>

SOUSA JUNIOR, L. de; MOURA, S. A. de. Tendências de privatização na educação pública: atores e programas privados na rede educacional do estado da Paraíba (2015-2018). In: VENCO, S.; BERTAGNA, R. H.; GARCIA, T. (org.) *Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões Nordeste e Sudeste (2005-2018)*. São Carlos: Pedro & João, 2021. p. 25-54. v. 3.

SOUZA, A. L. L. de. Políticas governamentais para a educação básica na Paraíba: a privatização como estratégia de hegemonia. *Revista online de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 22, n. esp. 3, p. 1340-1354, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.22633/rpge.v22iesp3.12017>

SOUZA, E. A.; SILVA, A. F. da. Pacto pela Aprendizagem na Paraíba - SOMA: desdobramentos da avaliação externa e do monitoramento dos resultados, no trabalho docente. *In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM POLÍTICA EDUCACIONAL E AVALIAÇÃO EXTERNA DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 22.; SEMINÁRIO DE PESQUISA EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM POLÍTICA EDUCACIONAL DA UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO (LEPPE/UAEd/UFCG), 9., 2020, Campina Grande. Anais [...].* Campina Grande: Even, 2020. p. 81-85.

Submetido: 30.11.2023.

Aprovado: 14.03.2024.